

Orçamento desequilibrado, diz Serra.

• 1 DEZ 1988

JORNAL DA TARDE

Segundo ele, a proposta do governo subestima despesas e superestima receitas.

Por subestimar as despesas e superestimar as receitas, a proposta orçamentária que o Executivo enviou ao Congresso no início desta semana é completamente desequilibrada. A mensagem pressupõe um déficit de 3% do Produto Interno Bruto.

Esta denúncia foi feita ontem pelo deputado José Serra (PSDB-SP), relator-geral da Comissão Mista de Orçamento. Ele fez questão de alertar para o risco de os meios de comunicação passarem à opinião pública a idéia de que é o Congresso que está frustrando a meta oficial de zerar o déficit público. "O que está acontecendo é o contrário: o governo enviou um orçamento desequilibrado", afirmou Serra.

O relator adjunto criticou o fato de o

governo pretender arrecadar o equivalente a 2% do PIB (mais de 12 trilhões de cruzados a preços de junho) com o combate à sonegação de impostos. "Isso é impossível, é irreal", disse Serra ao plenário da Comissão Mista de Orçamento, completamente tomado por parlamentares, lobistas e jornalistas.

Outro equívoco do governo, de acordo com Serra, foi subestimar o valor do serviço da dívida interna. "Trabalhou-se com uma taxa de juros de 6%, quando na verdade ela foi triplicada no segundo semestre", acusou ele.

José Serra disse ainda que as transferências por conta da reforma tributária representam 0,73% do PIB e que com a Operação Desmonte o governo economi-

zou o equivalente a 0,4% do PIB, o que dá um saldo favorável, à União, de 0,33% do PIB. "Este desmonte não teve critérios", afirmou Serra. O deputado Paes Landim (PFL-PI) atribuiu a crítica do deputado "tucano" aos prejuízos que a Operação Desmonte trará ao Estado de São Paulo. "Os prejudicados serão os Estados menos desenvolvidos", devolveu Serra.

O deputado paulista criticou também a indexação do orçamento pretendido pelo Executivo. Ele argumentou que a medida é inconveniente devido às altas taxas de inflação e ao método concebido pela área econômica, em que alguns indexadores básicos, como o câmbio e a Unidade de Referência de Preços (URP), dependem do governo.